



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6243 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 08 - Educação Superior

### NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE EDUCACIONAL: A PRESENÇA VELADA DO MODELO BIOMÉDICO DE DEFICIÊNCIA

Rose Clér Estivaleta Beche - UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

As universidades brasileiras têm sido desafiadas a superar os modelos mecanicistas de ensino e a exercitar a flexibilidade e a inovação no que tange ao gerenciamento de seus currículos frente a presença, ainda que vista com estranhamento, das estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas. Segundo o Censo da Educação Superior divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2018, estavam matriculadas nas IES de todo Brasil 43.633 estudantes que se autodeclararam com deficiência, sendo que em Santa Catarina eram 2.628 estudantes. Estes dados nos induzem a crer que há um crescente avanço no que tange a inclusão destes sujeitos no ensino superior. E, definitivamente, há avanços. No entanto, em nosso Estado, dentre os números acima descritos, 1.897 estudantes estão nas IES privadas, ou seja, os espaços públicos (e gratuitos) de educação superior não são os escolhidos pela maioria das estudantes com deficiência. A UDESC, como única universidade estadual em Santa Catarina, possuía, no referido Censo, 356 estudantes autodeclaradas com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas. Frente a demanda legal e a presença destas estudantes no cotidiano pedagógico houve a necessidade da criação do NAE\_ Núcleo de Acessibilidade Educacional, normatizado pela Resolução 050/2018 – CONSUNI, que juntamente com o Regimento Interno disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições deste Núcleo. Desde então, as estudantes autodeclaradas, no momento da matrícula ou da rematrícula, recebem um e-mail com as orientações para buscarem o apoio do NAE, se necessário. Neste processo, mesmo com os avanços consolidados, percebemos que, desde sua implementação, um número mínimo de estudantes procurou este atendimento. Esta constatação trouxe inquietações que motivaram a pesquisa

aqui relatada. O objetivo desta pesquisa é investigar o arcabouço teórico que embasa as ações desenvolvidas no atendimento do NAE. A análise foi realizada a partir dos documentos norteadores que o legitimam, bem como, dos instrumentos utilizados para o registro das especificidades educacionais das estudantes atendidas. Registramos neste texto que, para marcar nosso posicionamento político, utilizamos os pronomes femininos sempre que nos couber decidir o gênero desses pronomes.

Acreditamos que, quando entendemos a deficiência como déficit, perda, falta e quanto mais nosso olhar for voltado para o indivíduo, no que o diferencia, mais evidente ficará o status de “deficiente”. Sim Linton (1998) afirma que talvez tenhamos deficiência na linguagem ao descrevermos as pessoas com deficiência, pois não conseguimos descrevê-las de uma maneira que a deficiência não seja um ‘problema’. Provavelmente, o nosso olhar está acostumado à uma normalidade por tanto tempo inquestionada que assumimos sua incontestabilidade como única forma verdadeira de conceber o outro que se diferencia. Logo, questionamos se o processo vivido pelas estudantes ao buscar o NAE pode, na sua essência, através das rotinas, dos procedimentos e dos documentos que o norteia, ser excludente ou, no mínimo, desconfortável? Se o NAE é pautado em um olhar medicalizante, mesmo que subliminar, visando o diagnóstico e a normalização? Assim, a análise proposta nesta pesquisa torna-se imprescindível à medida que consideramos a importância de explicitar sob que ótica olhamos para as nossas estudantes na certeza de que diferentes bases teóricas podem delimitar ou ampliar as possibilidades de sucesso acadêmico

Assim, visando desvendar a base teórica que norteia os documentos oficiais do NAE utilizamos a Análise Temática que, segundo Minayo (2013), compõe o escopo das modalidades da Análise de Conteúdo e é conceituada por Bardin como

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (1979, p.42)

Entendemos que com a utilização da Análise Temática podemos extrapolar o olhar para além do discurso explícito nas palavras e inquirir sobre novos significantes tendo como base elementos psicológicos, políticos, sociológicos e históricos.

Assim, seguindo os passos metodológicos apontados pela Análise Temática a primeira etapa realizada foi a pré-análise que, segundo a Minayo (2013, p.316) é composta de três tarefas: leitura flutuante, constituição do Corpus e a formulação das hipóteses e dos objetivos.

Na segunda etapa, exploração dos materiais, foram realizados a leitura dos documentos do NAE. Nessa etapa, foram definidas duas grandes categorias: Modelo Biomédico da Deficiência e Modelo Social da Deficiência que nortearam as análises realizadas.

Na terceira, e última etapa, tratamento dos resultados obtidos e interpretação, as informações relevantes foram analisadas, inter-relacionando-as com as categorias definidas: Modelo Biomédico e Modelo Social da Deficiência.

Os documentos analisados nesta pesquisa estão aqui discriminados de forma breve:

a) Projeto para a criação do Núcleo de Acessibilidade Educacional da UDESC (NAE-UDESC) - vinculado à PROEN - Pró-Reitoria de Ensino - Criado coletivamente por uma equipe de técnicas e professoras dos diferentes centros da UDESC durante o ano de 2017, apresenta, inicialmente, uma justificativa que se consolida a partir das principais legislações norteadoras dos direitos das pessoas com deficiência e delinea o atendimento no público alvo da Educação Especial, a saber, PAEE (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação) e com Necessidades Educacionais Específicas - NEE. Também apresenta os objetivos a serem desenvolvidos a partir dos princípios gerais das ações de acessibilidade e um diagrama que demonstra o NAE como promotor e incentivador dos demais núcleos a serem implementados nos Centros de Ensino da UDESC.

b) Resolução 050/2018 do CONSUNI - Aprovada na sessão do Conselho Universitário do dia 31 de outubro de 2018, regulamenta a constituição e o funcionamento do NAE. Anexo a esta resolução encontra-se o Regimento do Núcleo de Acessibilidade Educacional que disciplina a organização, o funcionamento e as atribuições do NAE.

c) Os documentos nominados Anexos são em número de 06 (seis) - documentos entendidos como necessários para a normatização do processo. Sendo eles:

Anexo 1 - Ficha cadastral a ser preenchida pela estudante no momento em que busca a Secretaria de Ensino e Graduação para iniciar o processo de atendimento junto ao NAE.

Anexo 2 - Roteiro de entrevista a ser preenchido pela representante do Núcleo na primeira conversa com a estudante e com a Chefe de Departamento do Curso a que a estudante está vinculada.

Anexo 3 - Ficha descritiva do caso a ser preenchida pela representante do Núcleo com as informações entendidas como relevantes e encaminhada a Direção de Ensino e Graduação do Centro em que a estudante está vinculada para ciência.

Anexo 4 - Ficha avaliativa do processo a ser preenchida pela estudante ao final de cada semestre e encaminhada ao NAE.

Anexo 5 - Ficha avaliativa do processo a ser preenchida pela Chefe de Departamento do curso afim ao final de cada semestre e encaminhada ao NAE.

Anexo 6 - Ficha a ser preenchida sempre que novas combinações forem necessárias (Chefe de Departamento, Estudantes e representante do NAE).

Anexo 7 - Ficha descritiva do caso a ser preenchida pela Chefe de Departamento com as informações entendidas como relevantes sempre que novas combinações forem feitas e encaminhada à Direção de Ensino e Graduação do Centro em que a estudante está vinculada para ciência.

Os documentos acima descritos são de caráter público e encontram-se disponibilizados no sítio eletrônico do núcleo, na página da UDESC.

Seguindo o percurso metodológico as categorias eleitas foram utilizadas objetivando dar visibilidade a teoria que norteia o olhar direcionado às pessoas com deficiência. Temos, no imaginário coletivo, sobre estas pessoas, diferentes imagens: corpos mutilados, comportamentos estereotipados, fala diferenciada, presença consolidada como benção ou castigo divino. Oscilamos entre a piedade e o medo, entre o incômodo da presença e a pseudo aceitação de uma normalidade inexistente e almejada. Na educação as marcas do modelo biomédico, ao longo do tempo, foram assimiladas e passaram a justificar os fracassos individuais atribuindo ao sujeito, como uma tragédia pessoal, a responsabilidade dos resultados não alcançados em um processo perverso de individualização. Justifica-se pelos déficits imputados aos corpos e reafirmados pela ciência médica a exclusão e a indiferença e, quanto mais distante os corpos deficientes estão do padrão idealizado de normalidade, menores são as expectativas de sucesso, participação e autonomia no espaço da educação formal. No entanto, quando consideramos, sob outra ótica, o meio social como gerador

da desvantagem e, conseqüente, exclusão das pessoas com deficiência desvelamos outras perspectivas políticas de convivência e de superação das dificuldades evidenciadas.

Nesta perspectiva constatamos que a normalidade, como almejada, inexistente e que a conseqüente categorização dos corpos com lesão é fruto de um olhar doutrinado pelo normocentrismo dos ditos “normais” e ratificado pela ciência médica que visa a correção e a adequação pelo uso de medicamentos, pela imputação de próteses ou até mesmo pela segregação em espaços “mais adequados”. Na ótica do Modelo Social entendemos que, o impedimento é parte da condição humana seja pelo envelhecimento dos nossos corpos ou por imposições sociais, podemos vivenciar experiências de redução de mobilidade, de reclusão, tal qual a pandemia nos impôs. A deficiência, certamente, é uma categoria que, em diferentes situações e aspectos atinge a todos, indiscriminadamente, como todas as outras características que nos marcam e nos constituem.

O modelo social da deficiência traz, entre outros conceitos emergentes, o capacitismo, em analogia ao sexismo e ao racismo, a partir do pressuposto de inferioridade atribuído às pessoas com deficiência naturalizado pelo distanciamento da norma, onde o fracasso é uma atribuição individual e esperado, tendo como foco as lesões e os impedimentos localizados nos corpos. Segundo Dias (2013, p. 2) “a deficiência para o capacitista é um estado diminuído do ser humano”, logo, tornar evidente os mecanismos que consolidam no espaço educacional o capacitismo é superar os dispositivos excludentes e dar espaço para que as pessoas com deficiência transformem a deficiência em agenda política, como ato de resistência outorgando-lhe a agência em todas as decisões a elas relacionadas.

Tendo como base as categorias definidas, entendidas por Minayo como “expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizada” (2013, p. 317), classificamos e agregamos os dados buscando descobrir, segundo esta mesma autora, “...os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico visado” (2013, p. 316). Esta etapa foi organizada em uma tabela que tornou evidente em cada documento, pelas análises de registro, palavras e expressões que, carregadas de sentido, foram classificadas com base nas categorias eleitas. Percebemos que ambas as categorias estão presentes sendo alguns documentos mais fortemente marcados por uma ou outra categoria.

Seguindo as orientações metodológicas transformamos os dados brutos em porcentagens o que possibilitou

evidenciar ainda mais as relações imbricadas nos documentos analisados. Dentre os resultados obtidos percebemos a presença do Modelo Biomédico em 06 (seis) dos 09 (nove) documentos pesquisados. Quanto ao Modelo Social da Deficiência se faz presente em quase todos os documentos salvo o Anexo 01 que não possui elementos nesta categoria. Sendo mais notabilizada nos Documentos norteadores, o Projeto e a Resolução. Com base no processo descrito pode-se concluir que é perceptível o esforço realizado pela equipe gestora em direcionar os documentos e o processo dentro da perspectiva do Modelo Social da Deficiência, no entanto, as fragilidades desveladas apontam para a presença, mesmo que subliminar, de uma concepção descapacitante e normatizadora trazida, historicamente, pelo modelo Biomédico de Deficiência.

Alguns documentos (Anexos 03 e 07), são formulários dirigidos as Diretoras de Ensino dos Centros a que pertencem as estudantes atendidas pelo Núcleo e, além das combinações realizadas registram a deficiência e/ou a especificidade educacional declarada. Sempre que apresentamos um diagnóstico incitamos o pressuposto de que as “decisões sobre as pessoas ficam sob a responsabilidade dos profissionais habilitados, portanto, acredita-se ser necessária uma formação especializada para trabalhar com a deficiência.” (BOCK, NUERNBERG, 2018, p.02), logo, estes documentos, na forma como estão organizados, podem suscitar um descomprometimento com o processo por parte das profissionais a quem este se dirige, visto que, podem não se sentir capacitadas para atuar junto as estudantes.

Outros documentos (Anexos 04, 05 e 06), não apresentam unidades de registro do Modelo Biomédico, justificado por terem como finalidade avaliação do processo vivido e registro de novas combinações realizado pelas próprias estudantes atendidas e pelas Chefes de Departamento.

Entre os documentos analisados 06 apresentam, de forma mais ou menos explícita, indícios que podem responsabilizar o sujeito por suas especificidades/desvantagens, são eles: Projeto, Resolução, Anexos 01, 02, 03, 07. Vale ressaltar que o Anexo 01 é primeiro documento a ser preenchido pela estudante ao requerer o apoio do NAE e se refere a uma ficha declaratória de dados pessoais como endereço, número de matrícula, se possui carteira de pessoa com deficiência e qual a deficiência declarada. Ou seja, ao preencher esta ficha a estudante atribui a si a responsabilidade da sua desvantagem como característica pessoal e que pode, subliminarmente lhe propor que o apoio a ser oferecido pelo NAE terá como base a crença

da incapacidade forjada por um modelo que estigmatiza e fere.

Outra questão a ser analisada é o laudo/atestado médico exigido para garantir o apoio do Núcleo. Muitas peculiaridades só se fazem aparentes frente a ambientes pedagógicos específicos, ou seja, talvez algumas estudantes nunca tenham vivenciado a experiência da deficiência. Logo, nunca precisaram estar em situações de análise e diagnóstico, que podem vir a ser desconfortáveis e invasivas.

Assim, após a análise dos dados coletados percebemos uma coexistência entre os dois modelos que serviram de categoria de análise. Acreditamos que o Modelo Biomédico presente em vários documentos da pesquisa, apesar de restrito ao diagnóstico, exigência da legalidade, contamina o processo, outorgando as estudantes atendidas uma responsabilidade marcadamente desrespeitosa e discriminatória.

Apesar do crescimento de 250% nas matrículas no ensino superior, nos anos de 2000 a 2011, segundo a análise realizada por Martins, Leite e Broglia (2015) dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (INEP), apenas 0,4% destas matrículas são de estudantes com deficiência. Números que evidenciam fragilidades nas ações engendradas que, parecem, não ser suficientes para garantir e estimular a presença deste grupo no espaço da universidade. Mais especificamente, na UDESC, campo investigado, no semestre de 2020.1 temos 476 estudantes autodeclaradas com algum tipo de deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas. Este número, apesar de significativo ainda é insipiente frente aos 13.476 matriculadas no mesmo semestre em nossa universidade. Podemos supor que, apesar dos excelentes resultados apresentados pelos sistemas de avaliações externos, a UDESC ainda não se mostra atrativa para as estudantes com deficiência. Pode-se hipotetizar que o mecanismo de validação de entrada (vestibular) não contemple a acessibilidade necessária para incentivar candidatas com deficiência desenhando possibilidades de frustração e fracasso, mas isso é problematização para futuras pesquisas. Outra questão a ser considerada é a auto declaração. Para ter seus direitos garantidos a estudante com deficiência necessita declarar-se e apresentar laudo médico atualizado, o que pode ser constrangedor e demandar custos extras para a estudante.

A co-existência de ambas as categorias nos levam a supor que, apesar do esforço feito pelo grupo gestor do NAE em direcionar as ações para a construção de espaço acolhedor

e respeitoso à ética do cuidado, a força hegemônica do modelo biomédico, por tanto tempo, engendrado na cultura dos processos educativos, continua marcando presença e embaçando práticas detendo sob suas garras a manutenção dos mecanismos de exclusão.

Acreditamos que, para superar tais forças, precisamos mais do que vontade política ou aprofundamento teórico. Necessitamos que as barreiras sejam superadas pela presença política de nossas estudantes na tomada de decisões e na proposição de novos caminhos onde o capacitismo dê lugar ao respeito tornando o espaço da universidade equânime e saudável para todas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Inclusiva. Núcleo de Acessibilidade. Modelo Social da Deficiência. Modelo Biomédico.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa. Edições 70, 1979  
DIAS, A. **Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social**. Anais do II Simpósio Internacional de Estudos sobre Deficiência. São Paulo, p.

5–14, 2013.

BOCK, G.L.K; NUERNBERG, A.H. **As concepções de deficiência e as implicações nas práticas pedagógicas**. CEB -VII Congresso de Educação Básica: Docência na sociedade multiteelas, 2018.

DIAS, A. **Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social**. Anais do II Simpósio Internacional de Estudos sobre Deficiência. São Paulo, p.5–14, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2018. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas>> Acesso em 20.11.2019.

LINTON,S. **Claiming Disability**. New York;: New York Universitária, p.141, 1998

MARTINS, D. A.; LEITE, L. P.; BROGLIA, C. L. **Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais**. In: Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 23, n. 89, p. 984-1014, nov. 2015. ISSN 1809-4465. Disponível



em<<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/772>>.  
Acesso em: 7 set.2016.

MINAYO, Maria C.de Souza. **O desafio do  
Conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde**. São  
Paulo: HUCITEC EDITORA,13<sup>a</sup> ed., 2013.